



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

**Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2010.**

**Comunicação nº. 726/2010 - TJD/RJ**

**Despacho do Relator**

**Processo: 1420/2010 - Recurso Voluntário com Pedido  
de Efeito Suspensivo**

**Recorrente: BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS**

**Recorrido: Decisão da 3ª Comissão Disciplinar  
Regional.**

**Despacho: EFEITO SUSPENSIVO**

1. Trata-se de Recurso Voluntário com Pedido de Efeito Suspensivo, de vez que apenado o Recorrente em multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) com fulcro no art. 211 do CBJD em julgamento realizado pela 3ª CDR no dia 17/11/2010. Preenchidos os requisitos de admissibilidade, recebido e admitido o recurso, conforme despacho do I. Presidente do TJD. Este é o breve relatório.
2. Com esteio no art. 147-A do CBJD, passo a examinar o requerimento e, de plano, ressalto que todo o conjunto probatório dos autos possibilita apreciar eventual existência de prejuízo irreparável ou de difícil reparação.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

3. A simples devolução da matéria tratada nesses autos, com o subsequente julgamento (de impossível realização imediata, eis que o julgamento na comissão foi recente), eventual absolvição ou redução da pena no julgamento do recurso poderá, certamente, causar prejuízo irreparável, *periculum in mora*, ao Recorrente e, assim, somente por este aspecto, o efeito suspensivo já poderá ser deferido.
4. Ademais, tratando-se de condenação em pena pecuniária seu pagamento traduz em cumprimento antecipado e satisfativo da obrigação com dispêndio pelo Recorrente de valores que lhe poderão trazer prejuízos imediatos para a categoria de base (Campeonato Estadual de categoria Infantil).
5. De outro lado, vislumbro nas razões recursais o *fumus boni juris*, uma vez que a matéria adredemente observada pela FFERJ, através do seu departamento técnico (art. 17, inciso VII, Regulamento Geral das Competições), quando da aprovação do Estádio Caio Martins, para a realização das competições e as respectivas partidas, nada restou exigido, tampouco constou exigência, quanto ao objeto da denúncia na presente ação.
6. Diante do exposto, CONCEDO o efeito suspensivo.
7. Publique-se e cumpra-se.
8. Após, à D. Procuradoria.

**Jorge Antonio Augusto**  
**Relator**